

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



Vera Lúcia de Oliveira

**ORIENTAÇÕES CURRICULARES SOBRE O MOMENTO DO SONO NA
EDUCAÇÃO INFANTIL:**

Uma análise na perspectiva dos docentes.

Florianópolis, 2014.

VERA LÚCIA DE OLIVEIRA

**ORIENTAÇÕES CURRICULARES SOBRE O MOMENTO DO SONO NA
EDUCAÇÃO INFANTIL: uma análise na perspectiva dos docentes.**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação Infantil.

Orientadora: M.^a Rosinete Valdeci Schmitt.

Florianópolis, 2014.

VERA LÚCIA DE OLIVEIRA

**ORIENTAÇÕES CURRICULARES SOBRE O MOMENTO DO SONO NA
EDUCAÇÃO INFANTIL: uma análise na perspectiva dos docentes.**

Data de Aprovação: ___/___/_____

EXAMINADORES:

Prof.^a M.^a Rosinete Valdeci Schmitt (PPGE/UFSC) - Orientadora

Prof.^a Dr.^a Elaine da Paula (PMF)

Prof.^a M.^a Joselma Salazar de Castro (Doutoranda PPGE/UFSC)

Florianópolis, 2014.

Não sei se a vida é curta ou longa para nós, mas sei que nada do que vivemos tem sentido, se não tocarmos o coração das pessoas.

Muitas vezes basta ser: colo que acolhe, braço que envolve, palavra que conforta, silêncio que respeita, alegria que contagia, lágrima que corre, olhar que acaricia, desejo que sacia, amor que promove.

E isso não é coisa de outro mundo, é o que dá sentido à vida. É o que faz com que ela não seja nem curta, nem longa demais, mas que seja intensa, verdadeira, pura enquanto durar. Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.

Cora Coralina

RESUMO:

O objetivo desta pesquisa é analisar o documento “*Orientações Sobre o Sono na Educação Infantil*”, elaborado pela Secretaria Municipal de Florianópolis – Diretoria de Educação Infantil, a partir da interpretação de um grupo de profissionais de uma creche. Como metodologia de pesquisa optou-se por um estudo qualitativo, através da aplicação de um questionário a seis profissionais que atuam com grupos de crianças com faixa etária de zero a cinco anos. O questionário continha 19 perguntas, sendo que três eram dissertativas, em torno de aspectos concernentes a estruturação e planejamento de ações para o atendimento da necessidade ou não de descanso ou sono das crianças a partir das orientações contidas no referido documento. A análise ocorreu alicerçada pelo aporte teórico da Pedagogia da Infância, tendo como ideia central a criança como sujeito social de direito e participante do seu processo educativo. De acordo com o relato das profissionais, o momento do sono nas instituições de educação infantil faz parte da rotina das crianças e tais como outras ações acabam por se tornar automática, muitas vezes sem reflexões acerca de seu planejamento. O referido documento, encaminhado pela Secretaria da Educação do Município no ano de 2010, é pouco utilizado pela instituição pesquisada. As entrevistas indicam a permanência de rituais que desconsideram as características singulares das crianças, bem como o desejo destas de querer ou não dormir. Tais indicações se contrapõem as orientações curriculares em torno das ações do sono, proferido pela Secretaria Municipal de Educação. Um dos indicativos apontados pelas profissionais para não efetivação das orientações concerne a estrutura física e humana da instituição.

Palavras-chave: Educação Infantil. Hora do Descanso. Sono. Rotina.

RIASSUNTO:

L'obiettivo della ricerca è analizzare il documento "Orientamenti sul Sonno nella Educazione Infantile", elaborato dalla Segreteria Municipale di Florianopolis - Direzione di Educazione Infantile, a partire dalla interpretazione di un gruppo di professionisti di un asilo. Come metodologia di ricerca, abbiamo optato per uno studio qualitativo, attraverso l'applicazione di un questionario a sei professionisti impegnati con gruppi di bambini nella fascia di età compresa fra 0 e 5 anni. Il questionario conteneva diciannove domande, di cui tre sono delle dissertazioni su aspetti inerenti la strutturazione e la pianificazione di azioni per la cura della necessità o del riposo o sonno dei bambini, a partire dagli orientamenti contenuti nel documento. L'analisi è stata consolidata dall'apporto teorico della Pedagogia infantile, che ha come idea centrale il bambino come soggetto sociale di diritti e partecipe del suo processo educativo. In accordo con quanto riferito dai professionisti, il momento del sonno nelle istituzioni di educazione infantile fa parte della routine dei bambini, e come altre azioni finisce per diventare automatica, molte volte senza riflessioni relative alla sua pianificazione. Il documento in esame, distribuito dalla Segreteria della Educazione Municipale nell'anno 2010, è poco utilizzato dalla istituzione oggetto di ricerca. Le interviste indicano la permanenza di rituali che non considerano le caratteristiche individuali dei bambini, così come il desiderio di questi ultimi di voler o non voler dormire. Tali indicazioni si contrappongono agli orientamenti dei programmi scolastici relativi alle azioni del sonno, espressi dalla Segreteria Municipale di Educazione. Uno dei punti evidenziati dai professionisti per il mancato rispetto degli orientamenti, concerne la struttura fisica e umana delle istituzioni.

Parole chiave: Educazione Infantile. Ora di Riposo. Sonno. Routine.

LISTA DE QUADROS:

Quadro 1: Crianças atendidas em 2014.....27

SUMÁRIO:

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	13
2.1 Contexto Histórico da Educação Infantil.....	13
2.2 Criança e Infância.....	18
2.3 A rotina.....	21
3. CAMINHO METODOLÓGICO.....	26
3.1 Escolha do campo de pesquisa.....	26
4. ORIENTAÇÕES SOBRE O SONO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: síntese do documento.....	30
5. AS ORIENTAÇÕES ACERCA DO MOMENTO DO SONO NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL: a perspectiva das profissionais que atuam com as crianças.....	35
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS.....	43
ANEXOS.....	46

1. INTRODUÇÃO

Este projeto de pesquisa possui como tema principal as orientações e ações desenvolvidas em torno do momento do sono na Rede Municipal de Educação Infantil do município de Florianópolis. Origina-se, em grande parte, de minha experiência como professora de educação infantil nesta mesma Rede Municipal. Em quinze anos de profissão passei por algumas unidades onde era comum ouvir, dentre outras questões, que o sono das crianças era um problema na organização do cotidiano das instituições. De fato, fazer dormir crianças de diferentes origens diariamente no mesmo horário instituído, ou ainda, organizar um espaço e tempo em que se pudessem respeitar as singularidades das diferentes crianças nas instituições era comumente anunciado como “um problema que não tem solução”.

A observação de algumas práticas e posturas dos profissionais ao longo de minha experiência marcou-me de forma a definir as ações pedagógicas em torno do sono das crianças na creche como uma temática de relevância para reflexão da composição da ação docente na educação infantil. Isto fica claro, quando observo que tal prática (em torno do sono) não faz parte da ação de outras etapas da Educação Básica.

Embora o anúncio das crianças enquanto sujeito de direitos, alicerçada, sobretudo pela Constituição Brasileira e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente ou por documentações curriculares da área nos anos mais recentes, ainda não são suficientes para afirmação de uma prática que considere o caráter heterogêneo das crianças. A ideia de que criança não tem escolha, que ela tem que dormir porque os adultos sabem o que é melhor para elas e que aqueles que não querem dormir precisam ficar quietos (imóveis e silenciados) para não atrapalhar quem quer dormir, perpassam pelas falas dos profissionais de forma a suscitar uma concepção abstrata de criança passiva e de uma docência que retifica as ações cotidianas, destituindo tanto as crianças como os profissionais de sua capacidade de dialogar com o outro.

É difícil para as crianças, como também para os profissionais, viverem práticas que implicam na obrigação de um obrigar o outro fazer o que não quer, sobretudo quando se trata de uma ação que implica aspectos biológicos e culturais conjugados na constituição da singularidade das crianças.

A imposição dos profissionais sobre as crianças são reveladas das mais diversas maneiras. Com relação ao momento do sono, pude observar muitas vezes

essas situações. Era comum, por exemplo, ver as crianças que frequentavam a creche apenas no período vespertino serem deitadas nos colchões com a orientação de não fazer barulho, até que o restante do grupo acordasse para começar as movimentações da tarde. Observei também nesta minha trajetória que a estrutura física de algumas unidades não possuíam um lugar adequado para receber as crianças que não querem descansar ou aquelas que chegam no período vespertino. As crianças que chegavam à creche às sete horas da manhã acordavam muito cedo. Algumas sentiam a necessidade de dormir ou descansar após o almoço, porém, outras, apesar de chegarem cedo à creche, não sentiam essa necessidade do descanso naquela hora exata, mas era comum ficarem sonolentas no decorrer do dia e terem que esperar a “hora certa” para descansar.

As crianças, como todo ser humano, possuem suas especificidades coletivas e individuais. No entanto, práticas como as descritas acima nas Instituições de Educação Infantil, tendem a padronizá-las como se todos fossem iguais, com metabolismos, gostos e necessidades homogêneas. No que se refere ao sono não se pode exigir que o mesmo venha a acontecer com todas as crianças ao mesmo tempo. Sendo assim, torna-se importante questionar as práticas constituídas em torno desta necessidade nas instituições de educação infantil. Como ainda podemos tratar as crianças como sujeitos sem vozes, sem direito a escolhas? Como explicar o anúncio do direito das crianças, de participarem das decisões que incidem sobre a sua educação, se o processo de institucionalização tende a homogeneizá-las?

Esta preocupação já é percebida há algum tempo na Rede Municipal de Florianópolis, bem como na área da Educação Infantil em geral. Rosa Batista narra 1º Congresso do Fórum de Educação infantil dos Municípios da AMREC (Associação dos Municípios das Regiões Carboníferas) que:

(...) a emancipação das crianças, isto é, a vivência da condição de autor e ator social de direitos no espaço de educação coletiva, exige uma revisão das práticas que as submetem à condição de adulto em miniatura, de sujeito em maturação que um dia vai ser, de um ser frágil, incompleto, sem poder de escolha e de decisão sobre a vida vivida nas instituições; libertá-las de uma rotina homogênea, previsível, ordenada, assim como da temporalidade institucional onde todos têm que dormir, comer, fazer atividade, sentar na roda, ouvir a história, brincar no parque, ao mesmo tempo; libertá-las da lógica escolarizante, que insiste em ensinar de forma fragmentada “o mundo que já existe”, que insiste em preparar para o futuro quando a experiência de ser criança está apenas começando a ser vivida. E, acima de tudo, desconstruir a ideia de que existe uma infância homogênea e universal. (BATISTA, 1998, p.54).

A rotina e as ordens das atividades desenvolvidas no ambiente da creche, quando destituídas de reflexão e quando regidas por uma ordem adulta institucional, tornam-se mecânicas. Nesta ordem, tudo segue o mesmo padrão diário: a disposição dos colchonetes em sala, os rituais para dormir, o empilhamento de mesas e cadeiras, e, a ordem do silêncio e do controle dos corpos – tudo contribui para que o ambiente se torne monótono, sem atrativo e sem a “voz das crianças”.

Agostinho (2003, p.9), em sua pesquisa que teve como foco as manifestações infantis em uma unidade educativa na Rede Municipal de Florianópolis, refletindo acerca dos ambientes explica que o “espaço é um instrumento de poder, que está nas mãos dos adultos responsáveis pela creche”. Preocupa a autora “ver, por todos os lados, os mesmos espaços, as mesmas configurações físicas, creches que se repetem e que, por sua vez, repetem a escola”. (AGOSTINHO, 2003, p.10). Sua análise indica que os espaços também educam e, por isso, exigem que se reflita a respeito deles.

Grande parte das unidades por onde trabalhei não havia refeitório e a alimentação era realizada na sala de referência. Muitas vezes quando as crianças estavam distribuídas para dormirem em seus colchonetes, ainda havia os odores dos alimentos anteriormente servidos as crianças. A preparação do ambiente para acolher a chegada do sono, ou para outras ações destinadas aos que não desejam dormir, deveria perpassar por um lugar aconchegante, limpo e arejado com disposição de materiais que possibilite a escolha, e, façam parte da ação docente de forma a prever e respeitar os diferentes interesses e necessidade das crianças.

Coutinho (2002), em sua pesquisa sobre culturas infantis na Rede Municipal de Florianópolis com a temática, “As crianças no interior da creche: a educação e o cuidado nos momentos de sono, higiene e alimentação”, disserta que “não se propõe a exclusão de uma rotina, mas sim a sua ressignificação a partir do apresentado pelas crianças, a sua adequação à necessidade de ter espaços de encontro, de expressão das múltiplas linguagens e de espaços para brincar” (COUTINHO, 2002, p.114). Percebe-se, mais uma vez, o apelo para que a criança tenha voz e para que ela possa opinar em relação a suas vivencias no ambiente da creche.

Batista (1998, p.17) escreve que em suas andanças pelo estado de Santa Catarina, certa vez uma professora perguntou: “O que é que a gente faz pra mudar a lei da rotina?” Muitas vezes questiono se não existe realmente essa lei. Em todas

unidades onde trabalhei, os horários eram rigorosamente iguais. É claro que não se trata de uma lei em seu sentido exato, mas é inegável, como indica Batista (1998), que há uma cultura discriminada na Educação Infantil que tende a naturalizar uma rotina estabelecida e executada como lei.

As pesquisas de maneira geral indicam que a creche é composta por muitas ações cotidianas que tendem a classificar o tempo e o espaço de forma que as crianças sejam homogeneizadas, tenham que comer, dormir, brincar, higienizar, desenhar, entre outras atividades, todas ao mesmo tempo, nos horários e espaços estabelecidos previamente pelo adulto profissional – embora saibamos de que há indicativos de mudanças significativas com relação ao entendimento da ação docente nesta área. A brincadeira pode estar maravilhosa no parque, “mas agora é hora de entrar” e tudo é suspenso para que se siga aquilo que diz o adulto. A rotina faz com que as crianças pareçam uniformes em atitudes, desejos e personalidades.

Nas últimas décadas a área da Educação Infantil tem sido permeada por diversas publicações oficiais no âmbito nacional e em diversos municípios que objetivam orientar a elaboração de propostas pedagógicas nas instituições educativas, de forma a respeitar as crianças enquanto sujeito social de direitos e considerá-las como participe da ação pedagógica. As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (BRASIL, 2009), em seu caráter mandatório, explicitam que as práticas educativo-pedagógicas no âmbito da educação infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, e, garantir experiências que promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas e corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança.

Há o anúncio claro de considerar as crianças e respeitá-las em seus ritmos e desejos, o que significa considerar a composição heterogênea dos grupos atendidos pelas instituições. Ritmos próprios, que indicam a necessidade de propostas que prevejam manifestações diversas. Isto é reiterado nos documentos de orientação pedagógica da Rede Municipal de Florianópolis.

A respeito das práticas de descanso e sono nas instituições públicas de Educação Infantil do município de Florianópolis, em 2010, a Secretaria Municipal de Educação – Diretoria de Educação Infantil – encaminhou às creches e Núcleos de

Educação Infantil¹ o documento que será o objeto de análise desta pesquisa, com orientações para ações em torno do sono nas unidades de Educação Infantil. Tal documento é indicado pela SME como instrumento orientador da ação docente e possui como principal anúncio o respeito aos ritmos e desejos das crianças. Tendo como informações a permanência de práticas homogêneas em torno do sono das crianças nas instituições de educação infantil, esta pesquisa traz como questão: Os profissionais docentes conhecem tal documento? Como este é interpretado pelas profissionais? O que ele contribui para efetivação da ação docente na perspectiva de respeitar as crianças?

As questões aqui apresentadas terão como interlocutores os profissionais docentes que atuam em uma creche pública do município de Florianópolis. Define-se como problemática a necessidade de analisar as orientações em documentos legais para constituição da ação docente em torno das práticas de dormir e descansar na educação infantil, a partir da perspectiva dos professores.

A monografia está organizada em quatro capítulos. No primeiro capítulo contextualizo de forma sucinta a história da Educação Infantil, sua trajetória e as conquistas adquiridas e amparadas por leis. Conceituamos criança e infância sustentada na concepção da Pedagogia da Infância. No capítulo seguinte apresento o caminho da pesquisa, como foi elaborada, e os critérios para escolhas da Unidade e das docentes que participaram do estudo.

No terceiro capítulo faço uma apresentação sucinta do documento “ORIENTAÇÕES PARA O SONO NA EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS” – objeto de estudo desta pesquisa.

No quarto capítulo relato a análise da pesquisa, dissertando sobre os principais indicativos apresentados pelas profissionais pesquisadas.

As Considerações Finais, acredito, são as reflexões conclusivas de uma pesquisa, mas no presente trabalho apenas alinhavo algumas discussões e não as encerro. Demarco algumas escolhas feitas no decorrer da pesquisa que talvez apontem possibilidades de conhecimento das crianças, e uma reflexão das práticas dos docentes envolvendo a hora do sono.

¹ No início de 2014, a Rede Municipal de Educação de Florianópolis era composta por 53 creches e 33 Núcleos de Educação Infantil. A diferença na nomenclatura das instituições ocorre de suas origens, por dois aspectos: as creches atendiam crianças em período integral, com faixa etária de 0 a 6 anos, e os NEI's, atendiam crianças em meio período, com idade de 3 a 6 anos. Atualmente tais características não se mantem, visto que os NEI's atuais já atendem crianças menores de três anos, e alguns em período integral.

2. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

2.1 Contexto Histórico Da Educação Infantil

Nossa intencionalidade neste capítulo da pesquisa é de apresentar algumas passagens relevantes da história da Educação Infantil brasileira, de forma não exaustiva, para em seguida tratar de indicativos teóricos em torno da organização do cotidiano das instituições educativas, onde na atualidade muitas crianças passam grande parte de seu tempo.

De maneira geral podemos observar que a história da Educação Infantil no Brasil está marcada por uma trajetória dual, dividida entre a origem da creche e a origem dos jardins de infância, que posteriormente se denominou de pré-escola. Enquanto a primeira é marcada por um viés médico-assistencialista destinada a população empobrecida, o segundo é marcado pela influência de Pedagogias surgidas no século XIX na Europa, direcionada inicialmente, às crianças de quatro a seis anos de famílias mais abastadas. De acordo com Didonet (2001):

[...] fatores históricos, sociais e econômicos determinaram as principais características do modelo tradicional de creche. Enquanto as famílias abastadas pagavam uma babá, as pobres se viam na contingência de deixar os filhos sozinhos ou colocá-los numa instituição que deles cuidasse. Para os filhos das mulheres trabalhadoras, a creche tinha que ser de tempo integral; para filhos de operárias de baixa renda, tinha que ser gratuita ou cobrar muito pouco; ou para cuidar da criança enquanto a mãe estava trabalhando fora de casa, tinha que zelar pela saúde, ensinar hábitos de higiene e alimentar a criança. A educação permanecia assunto da família. Essa origem determinou a associação creche/criança pobre e o caráter assistencial da creche. (DIDONET, 2001, p.12).

As instituições de educação infantil no Brasil, bem como na maioria dos países europeus², surgem em meio ao crescente processo de urbanização, de industrialização e de transformação do papel da mulher da sociedade (dada a sua incorporação no mercado de trabalho) e marcado por modificações na organização e estrutura da família contemporânea. Tais fatos demandaram a constituição de outras vias para educação e cuidado das crianças pequenas, visto que as famílias, seja por opção ou por necessidade, cada vez mais buscavam compartilhar a responsabilidade pela educação destas.

² Ainda que se possa elencar aspectos comuns entre diferentes países ocidentais, é pertinente observar que há alguns aspectos particulares no contexto brasileiro, como o fim do regime escravocrata, que incidem sobre a composição das instituições de educação infantil voltadas para a população mais empobrecida.

É necessário entender, que durante o século XIX, a crescente urbanização, a industrialização e o anúncio do progresso proferido pelas descobertas científicas e divulgado nas grandes exposições internacionais, trazem significativas mudanças no âmbito social. Com o novo contexto industrial as mulheres se viam na condição de deixarem seus lares para introduzir-se no mercado de trabalho. Sobre isso Arroyo (1994) discorre:

A reprodução da infância deixa de ser uma atribuição exclusiva da mulher, no âmbito privado da família. É a sociedade que tem que cuidar da infância. É o Estado que, complementando a família, tem que cuidar da infância (...) que hoje tem que ser objeto dos deveres públicos do Estado, da sociedade como um todo. Infância que muda, que se constrói, que aparece não só como sujeito de direitos, mas como sujeito público de direitos, sujeito social de direitos. (ARROYO, 1994, p.88)

Neste sentido, a ideia de progresso vigorado pelos preceitos da racionalidade Moderna implicava no ordenamento da sociedade, o que incluía um novo modo de ver as crianças e suas famílias. A ideia da infância como momento específico da vida humana, de preparo para o futuro da sociedade, implicou em novas formas de pensar sua educação e cuidado. As crianças que trabalhavam, bem como as crianças que eram deixadas na rua e as que não possuíam amparo passavam a ser um problema social, visto que não eram condizentes com o modelo de sociedade baseado nos preceitos modernos.

No Brasil, a modalidade educativa em jardim de infância concomitante ao surgimento da creche passa a ser requerida pela influência da Pedagogia de Fröebel (ARIÈS, 1981), destinada as crianças oriundas das classes abastadas.

Ao se expandirem para essas classes sociais, há uma transformação nos objetivos e funções bem como na exigência dos profissionais que nelas trabalham, aproximando-se muito do modelo escolar com o objetivo de preparação para a escola elementar. Para as demais – as pobres – o modelo creche, não desvinculado de uma proposta educativa, se mantém orientado por preceitos de assistência científica, voltado para ordenação, higienização e controle social. Assim, a creche em sua fundação, foi destinada aos pobres na qualidade de benefício social para a mãe e a família trabalhadora, em uma forma pejorativa de assistência. Enquanto que o jardim de infância foi voltado às classes de maior poder aquisitivo, portanto, seletiva.

Kuhlmann (1998), ao escrever a história da educação infantil tendo como base a análise das exposições internacionais ocorridas no final do século XIX e

início do século XX, ilustra tal situação indicando o modelo de creche e o modelo de Jardim de Infância como ideias progressivas das cidades que representavam suas preocupações em torno da infância desvalida e da infância que precisava ser preparada e ocupada a partir das ideias da pedagogia moderna.

No final do século XIX início do século XX, difundem-se os jardins de infância criados por Friedrich Froebel que tinha como proposta o cultivo da disciplina interior e a preservação da espontaneidade infantil. O ideal de educação fundado por Froebel centrava-se em levar todo o indivíduo, desde a primeira infância, a descobrir-se como criatura criada por Deus e ao mesmo tempo capaz de criar, imitando no ato criativo o seu criador. Desta forma, a educação deveria se alicerçar na “unidade vital” – que compunha a tríade homem, Deus e natureza – e nos processos de exteriorização e interiorização (ARCE, 2002 *apud* STEMMER, 2012). Assim, a educação aconteceria quando a criança recebesse o conhecimento do mundo exterior e exteriorizasse este conhecimento em coisas concretas como a arte e o jogo. Dentro da metodologia froebeliana destacamos três pontos fundamentais na atitude do educador em frente ao educando: o primeiro ponto seria fazer o educando entender que ambos estavam ligados ao modelo de perfeição a ser seguido que seria Jesus (Divino, Humano, Natural); o segundo ponto seria o de orientar o educando para uma vida pura e santa, pois o homem e a natureza possuem existência em Deus. O terceiro ponto seria o de que o educador deveria respeitar a natureza, a ação de Deus e a manifestação espontânea do educando.

Partindo das propostas de Froebel (ARIÈS, 1981), podemos visualizar as mudanças de concepções de crianças e infâncias em diferentes épocas. No Brasil não foi diferente. Até mesmo as creches e salas de asilos começaram a difundir este mesmo ideal de educação infantil.

É importante marcar a década de 1980 como marco para as mudanças na educação infantil. Com a Constituição Federal de 1988, a educação das crianças de zero a seis anos, que era muitas vezes vista como amparo e assistencialismo, começou a figurar como direito do cidadão e dever do Estado numa visão educacional e pedagógica, fruto dos movimentos sociais que ocorriam na época em defesa dos direitos das crianças. Nesse contexto, era papel da família, da sociedade e do poder público a proteção integral às crianças como prioridade garantida na constituição, como podemos observar no texto presente na constituição:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, s/p).

Este anúncio da Constituição é alimentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e em seguida pela LDB de 1996 que reafirma o direito das crianças à educação, e, a educação infantil de zero a seis anos como primeira etapa da Educação Básica. Sendo isso um marco histórico para educação infantil, principalmente para educação das crianças de zero a três anos, pois até então era de responsabilidade privada ou da assistência. De acordo com a LDB de 2010:

Art. 29º: A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30º. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade. (BRASIL, 2010, p.25).

Tal mudança legal traz grandes desafios à área, principalmente ao que concerne ao financiamento e à formação de profissionais para atuar neste campo, que desde então começa a exigir a contratação de profissionais com formação mínima na área.

Além disto, a definição da função da educação infantil como etapa específica do Sistema Educacional brasileiro, implicará na necessidade de constituição de propostas educativo-pedagógicas de maneira a afirmar sua especificidade, diferenciando-a do papel da família e da função da escola do Ensino Fundamental.

Desde a LDB de 1996, o Ministério da Educação, bem como muitos municípios brasileiros como ocorre em Florianópolis, vem publicando inúmeras documentações, algumas com caráter mandatório, que buscam definir normas e fomentar as instituições de educação infantil na formulação de suas propostas pedagógicas.

Podemos citar, dentre as várias documentações, algumas que marcam a busca de definições da educação infantil: a) os Critérios para um atendimento em creche que respeite os direitos fundamentais das crianças (BRASIL, 1995); b) os Subsídios para credenciamento e funcionamento de Instituições de Educação Infantil no Brasil (BRASIL, 1998); c) o Referencial Curricular Nacional para a Educação

Infantil (RCNEI) (BRASIL, 1998); d) as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Docente da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – ambas mandatórias – (BRASIL, 1999, 2009); e) o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2001); f) os Parâmetros Nacionais de Qualidade Para a Educação Infantil (BRASIL, 2006); e, g) Brinquedos e Brincadeiras de Creche (BRASIL, 2012).

Dentre estas documentações, na atualidade, damos destaque as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 2009, pelos indicativos mais recentes quanto à definição da função político, social e pedagógica da educação infantil e a delimitação de conceitos importantes para a área, tais como criança e infância.

O parecer escrito pelo CNE/CEB Nº 20/2009 das Diretrizes Curriculares para Educação Infantil, expõe que:

As creches e pré-escolas se constituem, portanto, em estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de zero a cinco anos de idade por meio de profissionais com a formação específica legalmente determinada, a habilitação para o magistério superior ou médio refutando assim funções de caráter meramente assistencialista, embora mantenha a obrigação de assistir às necessidades básicas de todas as crianças.

No mesmo documento discorre claramente as funções da educação infantil perante a construção da identidade da criança enquanto sujeito. Segundo o parecer, a Educação Infantil tem como finalidades o desenvolvimento da criança como sujeito no exercício da cidadania, conhecimento à cultura e condições adequadas às vivências do mundo próprias para a idade. É colocado também que os espaços da Educação Infantil são, muitas vezes, os primeiros espaços de convívio coletivo dos pequenos fora do núcleo familiar.

Portanto fica claro o papel da Educação Infantil e sua importância no desenvolvimento das crianças pequenas. Deste modo se faz necessário pensar em um ambiente adequado onde a criança possa desenvolver-se inteiramente como sujeito histórico e produtor de cultura e onde todos assumam suas responsabilidades propiciando às crianças condições para vivenciar experiências plenas no que diz respeito aos tempos e espaços das Unidades Educativas.

2.2 Criança e Infância

Após um breve relato da história da educação infantil no Brasil, é pertinente discorrer sobre as concepções de criança e infância que subsidiam esta pesquisa. Partimos da perspectiva de que não é possível compreender as crianças de uma forma universal e restrita, visto que a forma como elas vivem suas infâncias, a partir de condições socioculturais, é diversa e irá influir sobre as formas como ela se vê e é vista pela sociedade. Os conceitos de infância e criança são atravessados por determinações do tempo e o espaço em que estas se localizam. Neste sentido é pertinente observar que as crianças sempre existiram, em todos os tempos e culturas, mas a forma como estas vivem, a forma como são percebidas se modifica na história e em diferentes culturas.

[...] sempre houve várias infâncias, distintas entre si por condição social, por idade, por sexo, pelo lugar onde a criança vivia, pela cultura, pela época, pelas relações com os adultos. Mas também eram diferentes as infâncias dependendo de quem as olhava, de quem as registrava, de quem as comentava, de quem investia nela. (MÜLLER, 2007, p.96)

A criança vivencia a infância dentro do contexto histórico onde está inserida, sendo assim, a compreensão de infância está diretamente ligada ao tempo e espaço histórico social em que o sujeito criança está inserido. Faz-se necessário entender que a infância não é um fato natural, mas sim uma categoria sócio culturalmente construída.

Os estudos de Àries (1981) ainda que comportam diversas críticas quanto ao seu recorte e metodologia, apresentam-se como marcos nos estudos da infância, pelo anúncio da condição histórico- social da infância. Ao afirmar que a infância é uma construção social, o autor indica de que não há uma universalização estática da forma de ver e considerar as crianças na sociedade. Ele afirma que a infância foi uma invenção moderna, sedimentada pela separação das crianças do universo adulto das sociedades europeias. Neste sentido, explica o nascimento do sentimento da infância,

O sentimento da infância não existia - o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. (ARIÈS, 1981, p.18)

A preocupação com a infância é fomento da sociedade moderna. Esta preocupação não significa em si, uma preocupação com os interesses da criança

por si mesma, mas com a afirmação de um modelo de infância, vista como investimento para sociedade. Ou seja, a ideia de um período de preparo, de escolarização, de instrução, de desenvolvimento para idade adulta. Um modelo que está relacionado com o modelo de família nuclear, como espaço de proteção, investimento e preparo que antecede a escola. Tal modelo moderno de infância, visto na pretensão de sua universalidade, não é condizente com as diferentes realidades as quais as crianças fazem parte. Neste sentido, parece ilustrativo o comentário de Rocha (2001): ao escrever que “uma sociedade de extremas diferenças resulta no convívio com diferentes infâncias:”. Ou seja, as condições de vida das crianças são diversas, seja no âmbito econômico, cultural, social. Desta forma não se pode falar de uma infância única.

A infância na modernidade, e cada vez mais, é compreendida como responsabilidade compartilhada da sociedade. Arroyo (1994) afirma que,

(...) É a sociedade que tem que cuidar da infância. É o Estado que, complementando a família, tem que cuidar da infância (...) que hoje tem que ser objeto dos deveres públicos do Estado, da sociedade como um todo. Infância que muda, que se constrói, que aparece não só como sujeito de direitos, mas como sujeito público de direitos, sujeito social de direitos. (ARROYO, 1994, p.88)

No Brasil é muito recente a condição da criança como sujeito de direitos. A lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990, consolidou o Estatuto da Criança e do Adolescente demarcando importantes direitos a serem oferecidos pela sociedade (BRASIL, 1990). O ECA, no seu primeiro artigo, conceitua a criança como: “...a pessoa com idade inferior a doze anos”. Tal estatuto legitima os anseios de uma sociedade que estava à margem do descaso. A criação deste documento é considerada um grande avanço, constituído a partir de debates de ideias entre a participação de vários segmentos sociais que lutam pelo bem estar da criança e da infância no Brasil. A criação do Estatuto traz reflexões importantes sobre a criança como sujeito de direitos.

A defesa da criança enquanto sujeito social de direitos está é presente na construção do campo da Pedagogia da Infância. Conforme afirma Barbosa (2014),

(...) A Pedagogia da Infância admite como pressuposto básico a criança como um sujeito de direitos (a provisão, a proteção e a participação social), com base na Convenção dos Direitos das Crianças (1989). Nessa perspectiva de afirmação das crianças como sujeitos de direitos, exige a definição de indicativos pedagógicos que possibilitem às crianças a experiência da infância de forma a tomar parte em projetos educacionais fundados na democracia, na diversidade, na participação social, a partir de práticas

educativas que privilegiem as relações sociais entre todos os segmentos envolvidos (crianças, familiares e educadores). Tomando como pressuposto que toda apropriação cultural e qualquer aprendizagem é resultado de uma relação social e partilhada de significados coletivos, indica propostas pedagógicas onde as interações, as brincadeiras, a ludicidade e as linguagens estejam vinculadas aos conhecimentos das artes, da cultura, da ciência e da tecnologia. (BARBOSA, 2014, s.p).

Como um campo em construção a Pedagogia da Infância vem atualmente contribuindo para a produção de saberes em torno das crianças e sua educação, principalmente no que concerne a Educação Infantil, partindo do pressuposto de que ela é um sujeito de direito e participativa de seus processos de educação.

Rocha (1998), ao fundar o termo Pedagogia da Infância ou ao sedimentar os argumentos para uma Pedagogia específica para Educação Infantil, tomando a criança como sujeito ativo, entende que esta etapa da Educação Básica se diferencia do Ensino Fundamental.

Enquanto a escola tem como sujeito o aluno, e como objeto fundamental o ensino nas diferentes áreas através da aula; a creche e a pré-escola têm como objeto as relações educativas travadas num espaço de convívio coletivo que tem como sujeito a criança. (ROCHA, 1999, p.147).

O autor percebe a criança como ser humano, munido de ação social, que participa da construção de sua história e vivencia múltiplas relações. Entende que é através da interação com os adultos e com seus pares que as crianças produzem formas culturais próprias, influenciadas pela cultura e sociedade que a cerca. Diferentemente da escola, que tem seu ensino organizado em horários e disciplinas visando à promoção baseado em notas e conteúdo, a educação infantil tem como foco o desenvolvimento integral das crianças a partir de uma ação centrada nas relações sociais, garantindo a ampliação e a aquisição gradativa de novas formas de expressão e representação de seu mundo.

A pedagogia da infância se constitui na interlocução com outros campos de conhecimento, a Sociologia da Infância, a Antropologia, a História, a Filosofia e a Psicologia, que possuem como viés a ideia da criança como sujeito social.

2.3 A rotina

A rotina é um conceito importante para esta pesquisa, visto que o sono, objeto de estudo desta, é comumente identificado como uma prática pertencente à

organização do tempo e espaço das instituições de educação infantil. Definir o que é a rotina parece ser difícil, visto que dentro da área podem-se encontrar defesas e críticas quanto a sua necessidade, bem como diferentes entendimentos acerca de seu significado. De um lado está a ideia de que a rotina é necessária, visto que as crianças precisam ter um sentimento de segurança, proporcionado hipoteticamente pela possibilidade de prever os acontecimentos que virão. Por outro lado, a crítica, quanto à homogeneização das ações das crianças, que ficam a mercê de cumprir aquilo que a instituição impõe, todos os dias, de igual forma, ignorando as singularidades que cada criança apresenta.

Considerando que as crianças passam muitas horas de sua vida na instituição, estudar a forma como se estrutura sua experiência individual e coletiva a partir da organização do cotidiano parece pertinente. Conforme Batista (1998, p.10), as crianças matriculadas nas instituições de educação infantil permanecem “aproximadamente dez a doze horas por dia, sessenta horas por semana, duzentas e quarenta horas por mês, duas mil e quatrocentas horas por ano, durante os primeiros anos de suas vidas”.

É muito tempo dentro da instituição, se considerarmos as regulações que estão em torno da construção de uma rotina, que se apresenta, geralmente, de forma repetitiva e alheia as singularidade das diferentes crianças que frequentam este espaço. Há um grande conflito ainda na forma de pensar a criança inserida neste contexto. Recorrentemente a rotina faz com que a criança seja vista como parte do todo, onde tem que respeitar os horários que são elaborados pelos adultos.

Indicativos de diferentes pesquisas, tais como Batista (1998), Coutinho (2002) e Agostinho (2003), mostram que o dia a dia da criança na creche, entre o brincar e novas descobertas, é marcado pelas rotinas rígidas de horários, a chegada, o lanche da manhã, parque, almoço, hora do descanso, lanche da tarde, parque e jantar. Mas o que seria a rotina? Conforme Barbosa (2006):

Rotina é uma categoria pedagógica que os responsáveis pela educação infantil estruturam para, a partir dela, desenvolver o trabalho cotidiano nas instituições de educação infantil. As denominações dadas à rotina são diversas: horário, emprego de tempo, sequência de ações, trabalho dos adultos e das crianças, plano diário, rotina diária, jornada, etc. (BARBOSA, 2006, p.35).

A rotina na Educação Infantil é apresentada como categoria importante para sintetizar o processo pedagógico da instituição e concretizar a proposta de ação

educativa dos profissionais. Para a família, a rotina é vista como organização administrativa. Para os professores, a rotina é considerada uma corrida contra o relógio, tem que dar conta do proposto sem passar dos horários pré-estabelecidos pela instituição. Como afirma Barbosa (2006, p.35) “[...] A rotina é usada, muitas vezes, como o cartão de visita da Instituição, quando da apresentação desta aos pais ou a comunidade, ou como um dos pontos centrais de avaliação da programação educacional”.

Para as crianças, a rotina é muitas vezes “deixar de fazer uma coisa” como brincar com seus pares no ambiente do parque, para cumprir uma ação determinada pela professora: guardar tudo, para almoçar ou jantar ou dormir ou fazer “atividade”. De maneira geral, percebe-se que além de uma regulação das relações dentro da instituição, a rotina também fomenta uma regulação nas necessidades biológicas das crianças. Ou seja, exerce uma institucionalização sobre as formas e horário de sentir fome, sede, necessidade de ir ao banheiro etc. As pesquisas, de maneira geral, também indicam que a rotina estabelecida na creche segue não a necessidade das crianças em si, mas um ordenamento dado a partir dos horários estabelecidos pela instituição: o horário de entrada e saída dos funcionários, o horário de funcionamento da cozinha, o horário definido para uso de seus diferentes espaços etc.

Com relação ao tempo na creche, Batista (1998) afirma:

Assim, o tempo da creche parece não pertencer nem aos adultos e nem às crianças, mas a uma estrutura hierárquica regida por uma rede formalizada de normas, em que o tempo objetivo e linear tenta se sobrepôr ao tempo subjetivo dos sujeitos envolvidos no ato educativo, adultos e crianças. O tempo da creche parece estar alheio aos adultos e crianças que nele atuam. Estes sujeitos com funções distintas neste contexto parecem sofrer a opressão do tempo rígido e regulado por forças outras que não eles próprios. No entanto, adultos e crianças sofrem diferentemente esta opressão. Enquanto os adultos têm o papel de inserir a rotina no cotidiano, as crianças têm o papel de vivê-lo. (BATISTA, 1998, p.11).

De maneira geral, as análises tecidas por Batista (1998) indicam que não são as práticas executadas nas instituições de Educação Infantil que determinam o tempo, mas sim o tempo que determina as práticas pedagógicas a serem executadas. A rotina de funcionamento na creche mostra que o adulto e a criança que começam a frequentar a instituição encontram uma rotina diária que é igual para todos. Isto ocorre inclusive com os bebês que são rapidamente colocados numa

sequência de atividades e em ritmo instituído por uma lógica rotineira e repetitiva, com algumas diferenciações na alimentação e horários do sono.

Batista (1998) também indica que as atividades pedagógicas são realizadas em função do tempo, não importando a determinação da criança em estar envolvida com o proposto – se é hora de passar a outro encaminhamento, tudo tem que ser recolhido, mesmo que a criança esteja envolvida no que está executando. Deve deixar o que está fazendo e passar para a próxima finalidade que o tempo determina.

Batista (1998) afirma que:

A lógica da rotina da creche também parece ser fragmentada, pois separa o tempo de educar, do tempo de cuidar, do tempo de brincar, do tempo de aprender, do tempo de ensinar, entre outras. O tempo na creche parece ser recortado minuciosamente: há um tempo pré-determinado para “todos” comer na mesma hora, banhar na mesma hora, dormir na mesma hora, brincar e aprender. Parece ser possível dizer que esta organização, antes de estar centrada nas necessidades das crianças, obedece a uma lógica temporal regida basicamente pela sequenciação hierárquica e burocrática da rotina°. O adulto muitas vezes parece preso a esta sequenciação a qual ele não planejou mas que tem que assumi-la como prática no dia-a-dia da creche sob pena de não conseguir realizar seu trabalho. Percebe-se que, na creche, adultos e crianças vivem temporalidades distintas isso acaba por acarretar tensões e conflitos entre o proposto e o vivido. (BATISTA, 1998, p.45-46).

A criança no meio familiar ou em sua comunidade pode ser vista de maneira singular, como pessoa única, com jeitos e hábitos próprios. Mas quando chega à creche é tratada de forma homogenia, onde não é permitido ser um sujeito singular, não tem diferenciação personalizada, todos têm que pensar, querer, fazer e agir da mesma forma. É assim que adultos e crianças envolvidos na rotina da instituição tendem a se sentirem. Nesta rotina, alimenta-se no horário estabelecido mesmo sem ter fome, é preciso respeitar o tempo em que é servida a alimentação a todos. Se não comer naquele momento vai ficar sem a refeição. Conforme Batista (1998) afirma:

Os horários pré-fixados de alimentação também são problemáticos pois estão organizados muito mais em função das necessidades dos profissionais da cozinha do que das crianças que, estando ou não com fome naqueles horários, precisam comer, ou não comer e esperar pelo próximo horário de alimentação. (BATISTA, 1998, p.136)

Assim acontece em relação à rotina, para o parque e na hora do descanso. Horários sem flexibilidades assemelham-se ao ensino fundamental com propostas rígidas de conteúdos a serem cumpridas em um determinado tempo.

A Educação Infantil não conseguiu ainda se desvincular de uma lógica advinda da tradição escolar. Batista (1998, p.13) reconhece que “os adultos vivem uma grande batalha diariamente na creche, qual seja: trabalhar com sujeitos-crianças dentro de uma estrutura cuja lógica temporal e espacial está assentada no sujeito-aluno”. Cada um de nós é único, desenvolvem gostos e personalidades diferentes, também cada um tem seu tempo, uns com mais tranquilidades, outros mais ansiosos. Alguns desenvolvem determinadas tarefas sem precisar de mais tempo para executá-la, outros precisam de mais tempo ou não conseguem fazê-la. Na creche, as pesquisas como de Batista (1998) indicam que com a rotina todos são tratados homogeneamente, sem definição da criança como sujeito singular. Inserido neste contexto encontra-se o adulto, percebe a situação e o incomoda. Batista (1998) disserta que:

Os adultos, em muitos momentos, ou na maioria deles, parecem estar entre a cruz e a espada. Percebem no contato diário com as crianças que elas têm necessidades diferentes e ritmos diferentes. Mostram-se angustiados em não conseguir atender estas diferenças permitindo que as crianças possam vivenciá-las. (BATISTA, 1998, p.14).

Embora possamos atentar para o fato que são os adultos profissionais que organizam e sistematizam o tempo e o espaço para as relações no contexto da educação, não é possível considerar estes como supremos culpados. De maneira geral, o estudo de Batista (1998) indica que muitas vezes os profissionais demonstram não ter escolha. Parecem ter que cumprir o que é ditado pela instituição como regra, costume, ou por que não dizer “lei” da rotina.

Percebemos que a rotina na Instituição sempre está atrelada ao tempo. Essas incertezas entre o proposto e o vivido na Educação Infantil, inquieta o adulto, e precisa levá-lo a pensar sua prática, procurando outras formas de organizar o tempo e espaço para as experiências das crianças. Batista (1998) concorda que:

Reconhece-se que a tensão e o conflito têm um papel importante tanto no desenvolvimento das crianças como na prática do adulto O que se busca é compreender que os conflitos e tensões verificados no cotidiano da creche podem contribuir com o repensar a forma de trabalho e a organização temporal e espacial para essas crianças. (BATISTA, 1998, p.14).

De acordo com a argumentação da autora supracitada, , a rotina exercida em função de horários ministradas pelos adultos “des”educa.

Mas em contrapartida, Batista (1998) em um determinado momento de sua pesquisa muda o foco de observação, deixando a visão dos adultos e passa a

observar a criança. Com essa ação, com o olhar voltado a criança, observa-se que a rotina também “pode” educar os pequenos, faz com que através dela sejam construídos bons hábitos. Como por exemplo, a hora de lavar as mãos antes das refeições, a hora da escovação dos dentes e assim segue a rotina educando.

3. CAMINHO METODOLÓGICO

Este estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa qualitativa e utiliza-se da aplicação e análise de um questionário a um grupo de profissionais docentes de uma creche pública da Rede Municipal de Educação de Florianópolis. As questões que compuseram o referido questionário (em anexo) foram elaboradas com o intuito de analisar as orientações curriculares dadas pela Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, a partir da perspectiva e interpretação das profissionais que atuam com as crianças na instituição. É importante salientar, desta forma, que as análises aqui apresentadas não são baseadas na observação das práticas das profissionais que participaram da pesquisa, mas se pautam essencialmente no depoimento e nas respostas obtidas, de forma objetiva e dissertativa das questões formuladas a estas.

3.1 Escolha do campo de pesquisa

A escolha da instituição onde ocorreu a pesquisa seguiu alguns critérios que facilitaram a efetivação dos objetivos aqui anunciados. Abaixo seguem os critérios:

- Ser uma creche que atende as crianças em período integral;
- Ser uma creche que teve contato com o referido documento;
- Ter profissionais que acolham a pesquisa;
- Facilidade de acesso da pesquisadora.

A Creche escolhida está localizada na região continental do município de Florianópolis – em uma área urbana – e atende crianças residentes do bairro Capoeiras e proximidades.

No que tange a estrutura física, a creche caracteriza-se por ser uma construção antiga, com diferenças significativas se comparada às demais instituições da rede municipal. É importante informar que a unidade pertencia a Secretaria de Educação Estadual e há pouco tempo foi municipalizada. Há necessidade de reforma e reparos no prédio.

O prédio contém oito salas para o atendimento as crianças. O espaço destas é significativamente pequeno e o número de crianças por grupo é menor se comparado ao que é indicado pelo Conselho Municipal de Educação, conforme pode se observar no quadro apresentado no decorrer desta seção.

A creche possui ainda uma sala para professores, um banheiro para adultos e seis banheiros para crianças, um refeitório de uso coletivo, uma sala para

supervisão, uma sala de direção, uma sala para livros e outros materiais, uma cozinha e uma lavanderia. O espaço externo é amplo e possui brinquedos como: escorregador, balanços e casinha de alvenaria.

Esta creche foi selecionada pelo fato de atender em período integral e pela disponibilidade das profissionais em colaborar com o trabalho de pesquisa. É importante registrar que nesta Unidade as crianças são divididas em função da faixa etária, constituindo-se numa organização seriada, com turmas sob a supervisão de dois profissionais, sendo uma professora e uma auxiliar de sala.

Os grupos de crianças são organizados de acordo com as orientações da Portaria de Matrícula do corrente ano, bem como de acordo com a Resolução N^o. 01/2009 do Conselho Municipal de Educação de Florianópolis, que fixa normas para a Educação Infantil no âmbito do Sistema Municipal de Ensino do referido Município. O quadro de crianças atendidas pela Creche está em acordo com o Art. 8^o da Res. CME N^o. 01/2009 (Anexo A) que estabelece a relação do número de crianças e profissionais, e, em acordo com a Portaria de Matrícula N^o. 142/2013, observando o tamanho da sala.

Quadro 1: Crianças atendidas em 2014.

GRUPOS	NÚMERO MÁXIMO DE CRIANÇAS	IDADE	NÚMERO DE PROFESSORES	PERÍODO DE ATENDIMENTO
I	10	6 meses a 1 ano	02	Integral
II	10	1 ano a 1 ano e 11 meses	02	Integral
III	15	2 anos a 2 anos e 11 meses	02	Integral
III/IVA	18	2 anos a 2 anos e 11 meses, 3 anos a 3 anos e 11 meses	02	Integral
III/IVB	18	2 anos a 2 anos e 11 meses, 3 anos a 3 anos e 11 meses	02	Integral
IV/VA	15	3 anos a 3 anos e 11 meses, 4	02	Integral

		anos a 4 anos e 11 meses		
IV/VB	15	3 anos a 3 anos e 11 meses, 4 anos a 4 anos e 11 meses	02	Integral
VI	14	5 anos a 5 anos e 11 meses	02	Matutino
VI	14	5 anos a 5 anos e 11 meses	02	Vespertino

Fonte: Projeto Político Pedagógico da Unidade pesquisada

A maioria das crianças permanece na creche por um período de dez a doze horas diário, obedecendo a uma rotina que tem como marcos os horários de entrada, saída, alimentação, sono e higiene.

Os profissionais, professoras e auxiliares de sala, da referida creche são todas formadas em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil.

As professoras trabalham das 8h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min. As auxiliares de sala trabalham das 07h00min às 13h00min e outro grupo das 13h00min às 19h00min.

Seis profissionais que atuam diretamente com as crianças participaram da pesquisa. Não houve a intenção de selecionar apenas as profissionais que ficam com as crianças no período pós-almoço, ainda que se considerasse que o momento para o sono ou descanso, objeto de estudo desta pesquisa, seja comumente realizado na rede municipal neste horário. Parto do pressuposto de que as orientações oriundas da SME são destinadas para as profissionais e não especificamente para estas. Desta forma, é pertinente considerar a interpretação das diferentes profissionais docentes que atuam na unidade.

- Paula³ é formada em Pedagogia, possui Especialização em Educação Infantil, é Professora do grupo 6 A, tem 27 anos, está há cinco anos na Unidade e há sete na Educação Infantil.
- Bete tem Pedagogia, possui Especialização em Educação Infantil, é Auxiliar de Sala do grupo 3,4 A, tem 46 anos, 17 anos na Educação Infantil e cinco anos na Unidade pesquisada.

³ O nome das profissionais é fictício, e foi escolhido pelas próprias participantes da pesquisa.

- Mari é formada em Pedagogia, desenvolve a função de Auxiliar de Ensino, tem 32 anos, está há um ano e seis meses nesta Unidade e possui três anos na Educação Infantil.
- Fernanda é Pedagoga, possui Especialização em Educação Infantil, é Auxiliar de Sala do grupo 3,4 B, tem três meses na unidade e dez anos na Educação Infantil.
- Isabel é formada em Pedagogia, é Professora do grupo 3, está há dois anos na Unidade e há seis anos na Educação Infantil.
- Bia é Pedagoga, possui Especialização em Educação Infantil, é Professora do grupo 2, está há quatro anos na Unidade e há 15 anos na Educação Infantil.

Antes da entrega do questionário, as participantes foram consultadas acerca de seu conhecimento do documento “Orientações sobre o sono na Educação Infantil.” Mesmo sob a consideração de que tal documento é visto como uma orientação oficial para a rede desde 2010, a pesquisa considerou a hipótese de que as profissionais poderiam não ter conhecimento deste. Esta hipótese se confirma como se verá na análise.

Neste sentido, é importante salientar que antes de aplicar o questionário, foi entregue a cada uma das participantes uma cópia do referido documento, seguido de algumas explicações acerca de seu conteúdo. O objetivo era que cada uma delas pudessem ler ou mesmo rever o documento antes de responder o questionário.

A análise dos questionários seguiu três questões centrais: o conhecimento do documento; as implicações deste com o planejamento da ação das profissionais junto às crianças; e os indicativos das profissionais acerca da efetivação ou não do referido documento.

Ainda que não seja intuito realizar um estudo de observação da prática, parte-se do pressuposto de que os indicativos e interpretações das profissionais que atuam na rede possam ajudar a avaliar a pertinência, os avanços e/ou os entraves encontrados nas orientações curriculares acerca das ações educativas e pedagógicas em torno do sono das crianças na educação infantil.

4. ORIENTAÇÕES SOBRE O SONO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: síntese do documento

O referido documento foi elaborado pela diretoria de Educação Infantil no ano de 2010 e encaminhado a todas as instituições de educação infantil da RME de Florianópolis. Apresenta como objetivo dar suporte teórico às práticas em torno do sono e descanso das crianças, sob a consideração de que estas ações muitas vezes são ministradas de forma mecânica nas unidades da Rede.

As orientações do documento se alicerçam em estudos teóricos do campo da medicina e da educação, de forma a tratar tanto da importância do sono na infância, como a necessidade de pensar em alternativas que respeitem as necessidades singulares das crianças dentro do contexto coletivo das unidades educativas. Na primeira parte o documento trata da importância do sono, com informações gerais sobre o metabolismo, trazendo de forma sucinta informações interessantes sobre o sono e de componentes que interferem neste, como temperatura do ambiente, ruídos e claridade, e, a importância de não dormir com fome ou não ingerir grande quantidade de comida na hora de deitar. Em determinado momento o documento sugere, com base em estudos da área da saúde, a média de horas de sono em cada faixa etária, como podemos observar abaixo.

- Crianças de quatro a seis meses: dormem em média 13 a 16 horas diárias. Durante a noite dormem de nove a 11 horas, acordando às vezes para se alimentar. No decorrer do dia tiram duas sonecas, em torno de duas a três horas cada.
- Crianças de seis meses a um ano: dormem em média 12 a 14 horas diárias, sendo de dez a 12 horas durante a noite. As sonecas ao longo do dia são, normalmente, uma na manhã e outra após o almoço, e duram cerca de duas horas cada.
- Crianças de um a dois anos: dormem em média 12 a 14 horas diárias, sendo 11 horas durante a noite. Dispensam a soneca da manhã e a tarde costumam tirar uma soneca de uma a duas horas.
- Crianças de três a cinco anos: dormem em média 11 a 12 horas diárias. A partir dos três anos a maioria das crianças deixa de repousar durante o dia.

Observa-se que a necessidade de sono das crianças não se apresenta de forma homogênea, sugerindo que cada idade requer um tempo diferenciado para o

momento do sono, pois o organismo exige metabolicamente em cada idade um tempo maior ou menor para dormir.

(...) Para dormir, o cérebro precisa baixar a temperatura do corpo, o que exige esforços redobrado quando o clima está muito quente, prejudicando a qualidade do sono. Já no frio intenso atrapalha o relaxamento muscular necessário para dormir bem. Os ruídos e a claridade também são inimigos de uma boa noite de sono, pois o primeiro impede o adormecimento e o segundo inibe a liberação da melatonina, um hormônio que é ativado pelo cérebro ao anoitecer, preparando o corpo para dormir. (FLORIANÓPOLIS, 2010, pág.1).

Desta forma, sugere que os profissionais precisam conhecer a realidade das suas crianças, considerando suas especificidades a respeito do sono. Afirma que é necessário observar na instituição se há a presença concomitante de crianças que necessitam dormir e de crianças que não possuem a mesma necessidade. Considera que a Instituição tem autonomia para melhor atender as crianças, mudando horários e adaptando o ambiente para acolhê-las. Lembra ainda que o sono, como qualquer outro tema que faz parte do dia a dia da Educação Infantil, não pode ser vinculado a punição, chantagem ou gratificação. Consta ainda a importância dos profissionais trabalharem em ações conjuntas, não isoladas, para mudar a realidade da unidade de forma coletiva.

Entende-se desta forma, que organizar o momento do sono ou prever proposições para as crianças que não necessitam ou não desejam dormir, é de responsabilidade coletiva e não individual dos profissionais. Ou seja, vislumbra-se no documento a perspectiva de um planejamento que envolve todos os profissionais.

No subtítulo “O sono e a Educação Infantil”, no segundo parágrafo lê-se que:

A indicação de que as crianças sentem necessidade de dormir durante o dia não significa que todas devem dormir ao mesmo horário e que têm o mesmo tempo de sono. Algumas precisam dormir de uma a duas horas, outras necessitam somente de momentos de descanso, relaxamento, um pequeno cochilo, e há ainda as que não dormem. Para não incorrer no equívoco de fazer todas dormirem ao mesmo tempo e independente da necessidade, é importante ter clareza dos dados anteriormente apresentados, considerando a rotina e a organização do sono das crianças em seu convívio familiar. (FLORIANÓPOLIS, 2010, p.2)

Neste sentido vale analisar as ações docentes dentro das instituições, uma vez que é necessário que todos os profissionais tenham compreensão das necessidades e peculiaridades de cada criança. Respeitar não somente as crianças que não necessitam dormir, bem como aquelas que precisam de um tempo a mais no soninho. Precisamos, neste momento, analisar todo o contexto da criança dentro

e fora da instituição, conversar com a família, levar em conta o horário em que a criança acordou e ter um olhar atento às necessidades da criança durante o dia, pois elas darão indícios de desconforto quando o sono se manifestar. Todas essas questões precisam ser consideradas para o planejamento do descanso e sono das crianças.

Neste mesmo documento encontra-se que:

Também cabe lembrar que o sono, como qualquer outro tema que faz parte do dia-a-dia da Educação Infantil, não pode ser vinculado à punição, chantagem ou gratificação. A criança deve dormir ou ficar acordada porque sente vontade para tal e não porque depois irá ou não brincar no parque, irá ou não lanche, irá ou não assistir a um filme, irá ou não desenhar ou pintar. (FLORIANÓPOLIS, 2010, p.4.)

Na página 04, no quinto parágrafo, o referido documento articula que: “[...] é fundamental o empenho de todos os profissionais da instituição e não somente de um ou dois de forma isolada. Um trabalho bem planejado ganha efetividade, se houver compromisso de todos na sua realização”.

No subtítulo: Organização das salas, orienta que:

- 1) Todas as salas de atendimento às crianças devem ter um espaço organizado que favoreça a condição de descanso, com no mínimo dois colchonetes à disposição delas ao longo do dia.
- 2) As instituições que possuem somente uma sala de atendimento às crianças ou que possuem mais de uma sala com atendimento parcial devem seguir a orientação 1.
- 3) As instituições que possuem duas ou mais salas de atendimento integral às crianças, além de seguir a orientação 1, devem organizar a sala(s) para as crianças que necessitam dormir ou descansar e sala(s) para as que não dormem.
- 4) As instituições que atendem os Grupos I,II (crianças de 4 meses a 1 ano e 11 meses) podem ter organização própria do momento do sono, na sala de atendimento dos respectivos Grupos. Os berços devem ser utilizados preferencialmente no Grupo I, sendo que na sala deve haver três berços no máximo. (FLORIANÓPOLIS, 2010, p.5).

As orientações seguem no subtítulo “Higiene e saúde” com seis sugestões:

- 1) As crianças devem ter colchonetes, lençol, fronha, travesseiro e edredom para uso individual.
- 2) Os colchonetes devem estar dispostos com no mínimo 15 cm de distância um do outro e ser higienizado com álcool, pelo menos uma vez por semana.
- 3) Os lençóis e fronhas devem ser lavados pelo menos duas vezes por semana e o edredom uma vez por mês.
- 4) Os sapatos, casacos, acessórios nos cabelos e cintos das crianças devem ser retirados quando forem dormir para maior conforto.

5) Para as crianças que dormem logo após as refeições, como para as que ficam acordadas, devem ser feitas a higiene bucal das mãos e do rosto.

6) Principalmente no período de verão, as crianças podem ficar com sono e não conseguir dormir em função do calor. Orienta-se dar banho para que elas relaxem. (FLORIANÓPOLIS, 2010, p.5).

No subtítulo “Preparação dos ambientes” indica que:

1) Para a preparação do sono (fase 1- adormecimento), pode ser utilizada música suave em baixo volume (clássica, instrumental, sons da natureza, cantigas de ninar), que tenha efeito relaxante. No entanto, o aparelho deve ser desligado enquanto as crianças estiverem dormindo. Não deve ser usado rádio com estações abertas, nem as tvs nestes momentos.

2) A sala para o sono não deve ser escura, precisa de luz indireta de modo que as crianças diferenciem o sono da tarde do sono noturno. Isso permite que elas não durmam demais, ficando sem sono à noite, além de garantir a visualização de toda a sala quando acordam, evitando acidentes.

3) As janelas devem ficar abertas para favorecer a circulação do ar.

4) As crianças podem dormir com objetos trazidos de casa ou da instituição, se isto as deixarem mais seguras. No entanto, o uso de chupetas ou do dedo pelas crianças deve ser aos poucos abandonados, com incentivos dos professores em parceria com as famílias.

5) Para as crianças que não dormem, as salas ou outros espaços da instituição devem ser organizados com propostas planejadas, incluindo espaços para relaxamento com colchonetes, tapetes e almofadas. Também deve haver brinquedos como jogos de memória, quebra-cabeça, dominós, blocos de montar e serem realizadas brincadeiras, leituras de histórias, entre outros. (FLORIANÓPOLIS, 2010, p.5).

Como último subtítulo da página supracitada encontra-se “Outros itens” com continuação numérica, que são:

6) Tanto as salas com crianças que estejam dormindo, quanto as salas com crianças que estejam acordadas devem ter um profissional da educação coordenando as propostas e ações das crianças.

7) Realizar entrevistas com as famílias, para conhecer os hábitos de dormir da criança, seu estado de saúde, os horários de sono, hábitos alimentares, entre outros. (FLORIANÓPOLIS, 2010, p.5).

O documento orientador analisado dá indicativos claros de como preparar o momento do descanso das crianças dentro do planejamento das Unidades Educativa visando a singularidade de cada criança. Apresenta orientações claras, e por vezes prescritivas, de como deve ser preparado o ambiente e como deve ser realizado a higiene do espaço e materiais, bem como as ações dos profissionais envolvidos. As orientações são claras no que se refere ao respeito da necessidade e desejo das crianças. Ou seja, não seria a rotina a definidora da ação das crianças, mas sim o inverso. São os indicativos e manifestações das crianças que devem orientar a ação dos profissionais e da instituição em torno do sono. Todavia,

considero que somente ter conhecimento do material escrito não dá garantias de que seja efetivamente posto em prática.

As instituições precisam trazer esta pauta e este documento para o seu interior, estudá-lo e debatê-lo com o corpo docente na perspectiva de promover o bem estar do sujeito criança.

5. AS ORIENTAÇÕES ACERCA DO MOMENTO DO SONO NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL: a perspectiva das profissionais que atuam com as crianças

Ao realizar a análise das questões levantadas quanto ao conhecimento das profissionais em relação ao documento, fica nítido que tanto a instituição em questão, quanto outras unidades educativas da rede onde as profissionais passaram anteriormente, não dialogam sobre tal documento. Isso fica claro ao avaliar a questão onde se indaga se as profissionais possuem conhecimento acerca deste documento. Das seis entrevistadas somente duas relatam conhecer as “ORIENTAÇÕES SOBRE O SONO NA EDUCAÇÃO INFANTIL” elaboradas pela prefeitura, enquanto as outras quatro dizem não ter conhecimento.

Esta constatação fica mais evidente quando as entrevistadas expõem que, no tempo em que estão trabalhando na instituição, o documento se quer foi discutido ou apresentado. Podemos perceber isso na fala da professora Isabel:

Estou nesta Unidade pelo segundo ano, e até o momento não foi discutido, lido ou debatido este documento. Pouquíssimas vezes dialogamos em reuniões pedagógicas o momento do sono. (Isabel, 10/06/2014).

De acordo com a fala da professora Paula este assunto também não foi discutido no grande grupo, somente em conversas informais entre as profissionais. Já outra professora coloca que “Ainda não houve essa solicitação do grupo” (Professora Bia).

Percebe-se nas respostas das professoras que não há discussão dentro da Unidade sobre o momento do sono e descanso das crianças e tão pouco o documento em questão foi apresentado e dialogado em grupo ou em reuniões pedagógicas. Entretanto, fica claro na fala das profissionais uma urgente necessidade de debater esse assunto, pois as professoras admitem que se faça necessário ter o conhecimento teórico e principalmente prático do documento, não ficando somente as orientações no papel.

Segundo a professora Paula:

Caso o documento fosse estudado perceberíamos quantas coisas precisamos mudar em nossa Unidade. (Paula, 01/06/2014).

De acordo com a professora Bete sobre a apresentação e estudo do documento ela expõe que:

No momento é necessário um melhor conhecimento e discussão sobre o assunto, porque na Unidade o assunto ainda fica distante da prática. (Bete, 10/06/2014).

Tais respostas provocam a reflexão do porque um momento tão importante no cotidiano das crianças, como o próprio texto do documento coloca, não é abordado dentro da Unidade Educativa. Sendo que este deveria constar dentro das diretrizes curriculares das instituições, não somente fazer parte do planejamento do professor bem com estar inserido e ser discutido no Projeto Político Pedagógico e não somente apresentar o documento, mas sim tentar torná-lo prático dentro da realidade das instituições. Neste sentido a professora Isabel discorre que:

O texto encaminhado pela secretaria da Educação sobre as orientações em relação ao sono das crianças nos espaços educativos da Ed. Infantil é de fato muito bem redigido, esclarecedor e bem formulado. Teoricamente, e não passa disso. Pois a prática destas orientações esta longe de ser uma realidade idealizada, concretizando-se quase que uma utopia. (Isabel,10/06/2014)

De fato, apenas ter um documento bem elaborado, onde tem como finalidade orientar o trabalho docente nas instituições de educação infantil quanto ao momento do sono e descanso das crianças e este estar engavetado, de nada contribui para a efetivação da proposta. Faz-se necessário, por parte da equipe responsável pela Unidade como gestores e coordenadores, apresentar este documento e mais do que isso discuti-lo e colocá-lo em pauta para que os profissionais responsáveis por este momento possam incluí-lo em seus planejamentos. O documento ressalta as horas de sono necessárias para cada faixa etária e destaca que:

Tendo em vista que a Educação Infantil atende crianças de zero a cinco anos de idade, os aspectos anteriormente apresentados são importantes de serem considerados na organização e no planejamento do momento do sono, uma vez que as crianças permanecem entre 4 e 12 horas diárias nas instituições. (FLORIANÓPOLIS, 2010, p.5).

Planejamento este, que de acordo com as profissionais envolvidas na pesquisa, parece não acontecer, ainda que haja uma organização descrita sob a forma de uma ritualização. Como podemos observar na fala das profissionais quando são questionadas se planejam esse momento.

Não há necessariamente um planejamento como pede o documento e estudos. Pois o espaço não condiz com a organização necessária. A única coisa que podemos e organizamos são as músicas e disposição dos colchões de uma maneira que não se torne tão desconfortável para a criança (Bete, 10/06/2014).

Uma das profissionais responde que:

Não há planejamento, apenas organizo um colchão para cada criança e ofereço seus travesseiros e caso esteja frio colocamos um cobertor e música instrumental, alguns tem bico, outros ganham um carinho ou ficamos do seu lado. (Bia, 10/06/2014)

A professora Isabel sobre esta organização discorre que:

Dentre as possibilidades que temos em nossa sala procuramos fazer do momento do sono um momento agradável. Ao retornarmos do almoço nossa sala já esta organizada, com os colchoes e travesseiros arrumados, procuramos fazer o momento da higiene e preparação do sono com muita tranquilidade, abaixando o tom de voz, som agradável em um volume baixo e sala com pouca iluminação. (Isabel, 10/06/2014).

É possível perceber, nas falas das profissionais, que mesmo sem um efetivo planejamento para o sono e descanso há uma tentativa em promover conforto na hora do dormir das crianças. Entretanto, nos parece relevante refletir sobre uma organização e um planejamento que atenda a importância dos momentos de sono e descanso. Esses momentos devem envolver ações que precisam ser intencionalmente planejadas e permanentemente avaliadas, requerendo um olhar atento por parte dos professores e equipe pedagógica da instituição.

Como prevê o documento as “ORIENTAÇÕES SOBRE O SONO NA EDUCAÇÃO INFANTIL, conforme as orientações sobre o sono na educação infantil da prefeitura municipal de Florianópolis – (2010, terceira página)

Para a organização das propostas as crianças que dormem, as que querem descansar” é fundamental o empenho de todos os profissionais da instituição e não somente ações isoladas. Um trabalho bem planejado ganha efetividade, se houver compromisso de todos na sua realização. (FLORIANÓPOLIS, 2010, p.3).

O documento ainda indica que:

Para as crianças que não dormem as salas ou outros espaços da instituição devem ser organizados com propostas planejadas, incluindo espaço para relaxamento, com colchonetes, tapetes e almofadas. Também deve haver brinquedos como jogos de memória, quebra cabeças, dominó, blocos de montar e serem realizadas brincadeiras, leitura de histórias, entre outras. (FLORIANÓPOLIS, 2010, p.5).

Entretanto a pesquisa mostra não haver na Unidade um projeto coletivo para a organização do momento do sono e sim atitudes individuais de cada grupo. Cada profissional se organiza como pode. Parecendo não haver articulação da equipe pedagógica ou mesmo das próprias profissionais para uma discussão coletiva.

Como indicado pelas profissionais que participaram da pesquisa, as crianças dormem em suas salas após o almoço e a higiene é feita com o seu grupo etário de referência. Quatro das seis profissionais relatam que as crianças não podem optar

se querem dormir ou não. Uma das profissionais diz que somente as crianças do grupo 6, com faixa etária de cinco a seis anos podem fazer tal escolha. Como a organização do sono é uma ação individual das profissionais, fica claro que tal opção fica sob o entendimento que as profissionais possam ter acerca da necessidade ou não de ouvir ou perceber as necessidades singulares das crianças.

Além disto, as profissionais relatam também que a unidade não dispõe de um espaço para acolher as crianças que não dormem, ficando estas na sala sentadas nos colchões aguardando as demais crianças acordarem. Como podemos observar na fala de uma das professoras.

Tenho em minha sala esse ano um menino que não dorme, não conseguimos sequer deita-lo no colchão. Diante deste empasse fui conversar com a direção, pois minha sala é minúscula, não acomoda sequer os 15 colchões que precisamos quem dirá espaço para que o menino possa ficar confortavelmente enquanto os amigos descansam. (Isabel, 10/06/2014).

De acordo com a professora, ela obteve a seguinte resposta da direção: “Vocês precisam ficar com essa criança dentro da sala.” Sobre esta fala a professora faz uma reflexão importante, de acordo com ela:

Posturas como essa o texto não dá conta, pois esta internalizada na postura dos profissionais, se faz necessário muito mais que um texto orientador para resolver o problema do sono dentro das Unidades (Isabel, 10/06/2014).

Diante dessa reflexão, analisamos que entre o documento e a prática existe um distanciamento que esbarra na estrutura predial, na qualificação docente e na disponibilidade do quadro funcional para atender esse momento do sono. Planejar sob a ideia de que a individualidade de cada criança seja respeitada exige um esforço e um compromisso de todo um grupo. Apenas permitir que a criança escolha se deseja ou não dormir, não traz garantias de que seu espaço esteja sendo respeitado. Pois, segundo mostra a pesquisa, as crianças são acomodadas todas no mesmo horário e não são disponibilizados colchões para uma eventual soneca no meio do dia, como orienta o documento.

De acordo com as seis professoras que participaram da pesquisa: as crianças em sua maioria dormem no horário entre 12h00min e 13h30min, podendo este tempo variar para mais ou menos, conforme a necessidade da criança. No que tange a referência da necessidade das crianças, esta observação fica a mercê da interpretação das profissionais, visto que meninos e meninas em prática não

possuem outras possibilidades de ações no horário que é destinado e definido como “momento do sono”.

A pesquisa mostrou que o que está no documento elaborado não está sendo aplicado concretamente nas Unidades. Sendo assim, o que vale considerar neste momento é a necessidade concreta da discussão coletiva sobre as possibilidades de mudanças na rotina da instituição infantil, uma vez que só é possível mudar se o coletivo elaborar estratégias de ações que considere os limites e dificuldades de cada um, seja ele adulto ou criança.

Sempre foi uma preocupação do homem em perceber os mecanismos que desencadeiam o sono e o despertar. O ápice dos estudos a esse respeito aconteceu quando foram descobertas as ondas cerebrais. Quando a pessoa dorme mal à noite, ou dorme horas insuficientes à necessidade de seu corpo, acorda cansado, mal humorado, tem falta de concentração, perda de memória e os olhos ficam irritados, ardendo. Precisamos dormir bem para estarmos bem acordados. Conforme relata Coelho (2009):

Dos 6 meses até aos 4 anos de idade, o sono vai se concentrando no período noturno, e as sestas diurnas mantêm-se, no entanto a sua duração vai diminuindo com o avançar da idade, tornando-se raras após os 3 anos de idade, até entrar no período escolar (5/6 anos), onde as sestas praticamente desaparecem da sua rotina diária. As crianças aprendem os hábitos do sono se forem ensinadas. E a grande maioria aprende rapidamente a rotina do sono, mas existe uma elevada percentagem (cerca de 30% dos recém-nascidos) cujo relógio biológico é mais preguiçoso, e por isso os hábitos de sono têm de ser ensinados de maneira um pouco diferente. (COELHO, 2009, p.24).

Muitas crianças permanecem de quatro a 12 horas dentro dos espaços das instituições. Para aquelas que ficam em média de oito a 12 horas percebe-se uma necessidade, por parte delas, de descansar em certo período do dia, mas não significa que todas tenham o mesmo tempo de sono e/ou descanso. Umas precisam de mais, algumas de menos e ainda há aquelas crianças que não sentem necessidade de dormir um dia ou outro alternadamente. A hora do sono, além de ser essencial para o bem estar das crianças, entra como um dos elementos de maiores relevâncias dentro dos espaços de educação infantil.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Volume 2), ainda que possamos considerar as críticas concernentes ao seu caráter prescritivo, nos auxilia a pensar nesta temática ao colocar que:

O atendimento das necessidades de sono e repouso, nas diferentes etapas da vida da criança, tem um importante papel na saúde em geral e no

sistema nervoso em particular. As necessidades e o ritmo de sono variam de indivíduo para indivíduo, mas sofrem influências do clima, da idade, do estado de saúde e se estabelecem também em relação às demandas da vida social. (BRASIL, 1998, p 59).

Este momento merece reflexão e discussão no âmbito da educação Infantil. Conforme Batista (1998) relata que:

A hora do descanso é um dos momentos da rotina em que se percebe o quanto os tempos e os espaços da creche são organizados à margem das práticas sociais que os sujeitos reais que dela fazem parte devem realizar. A hora do descanso para algumas crianças parece ser muito mais um tormento. Em função daqueles que de fato necessitam dormir, tem que ficar deitados sem fazer outra coisa qualquer. Para as crianças que não dormem, a opção é muitas vezes brincar com o próprio corpo, com o lençol ou ainda ficar conversando baixinho consigo mesmo. (BATISTA, 1998, p.127).

Partindo deste pressuposto, nos faz pensar a rotina inserida nesse contexto, deixando claro que a criança não é vista como sujeito de escolha e o ambiente que a acolhe não é estruturado adequadamente para o momento do sono. Esta problemática esta diretamente inserida na questão do espaço físico, uma vez que as entrevistadas relatam que a estrutura física da unidade não comporta um pensar pedagógico para este momento. Salas pequenas que não comportam o número suficiente de colchões, pouca ventilação, estrutura física precária e falta de profissionais para esse momento de descanso das crianças são visivelmente as queixas mais levantadas pelas professoras entrevistadas.

Para uma efetiva reflexão desta temática e tentativa de reorganização no cotidiano e nos horários pré-estabelecidos, faz-se necessário um conjunto de elementos que englobam: formação para um repensar das práticas, planejamento e registros dos horários de sono, trabalho coletivo e avaliação permanente da instituição – só assim poderá se vislumbrar uma real mudança de hábitos e fazeres pedagógicos que contemplem realmente a criança, visando suas reais necessidades acerca da hora do sono dentro das instituições de educação infantil. Muito já foi pensado e discutido, como a própria existência do documento orientador das ações em torno do sono e descanso das crianças nas instituições indica, porém as práticas ainda precisam ser revistas e analisadas para haver entendimentos e mudanças.

Nesta perspectiva, as pesquisas efetuadas para esse trabalho salientam que as instituições de educação infantil devem implementar em suas discussões, planejamentos, estudos e reflexões, ações que consolidem o espaço de educação infantil como um espaço de vivências, lugar de direitos e deveres, considerando a criança num todo, dentro do cotidiano da instituição. Se por um lado há por parte dos

profissionais um descompasso sobre este entendimento, por outro se percebe que a infraestrutura muitas vezes impede as mudanças necessárias. O sono, elemento principal desta observação, aparece como uma questão ainda não resolvida dentro da instituição pesquisada.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa procuramos refletir as possibilidades e os desafios sugeridos no documento “Orientações sobre o sono na Educação Infantil”, elaborado pela Secretaria Municipal de Florianópolis – Diretoria de Educação Infantil, a partir da perspectiva das profissionais que atuam cotidianamente com as crianças dentro de uma Unidade do Município. Neste sentido, consideramos que dentro do proposto atingimos nosso objetivo. Nossa pesquisa foi embasada nos relatos, através de um questionário respondido pelos docentes. Não fizemos nenhuma observação de campo. A análise foi elaborada através das questões respondidas pelos professores de acordo com a sua prática e entendimento em relação ao documento da Rede Municipal de Florianópolis. É pertinente ainda relatar que a análise foi tecida através de pesquisa de caso, realizada com seis professoras que trabalham com crianças na faixa etária de seis meses a cinco anos, atendidas naquela unidade.

Entretanto, ainda há muitas questões a serem respondidas sobre a importância e encaminhamentos que o documento sugere para a hora do sono.

Nas falas dos professores percebemos que o documento é bem intencionado, mas falta ainda um olhar mais atento à criança e ao ambiente que permeiam este contexto.

Através desta pesquisa pode-se constatar que há muito tempo se discute e questiona a rotina da educação infantil. Principalmente por que esta rotina se afasta da ideia de infância plural e de criança com especificidades próprias.

Nesta perspectiva as instituições de Educação Infantil devem implementar em suas discussões, planejamentos, estudos e reflexões, ações que consolidem o espaço de Educação Infantil como um espaço de vivências, lugar de direitos e deveres, considerando a criança num todo, dentro do cotidiano da instituição. Se por um lado há por parte dos profissionais um descompasso sobre este entendimento, por outro se percebe que a infraestrutura muitas vezes impede as mudanças necessárias. O sono, elemento principal desta observação, aparece como uma questão ainda não resolvida dentro das instituições.

A partir do estudo realizado é perceptível que a instituição infantil pesquisada necessita ir em busca de estratégias que qualifiquem as ações pedagógicas para a hora do descanso, contemplando e respeitando as crianças que querem e não querem dormir. Evidenciando que o espaço coletivo ainda não seja o mais

adequado, são necessárias algumas ações que mostram o interesse da unidade em estar revendo posturas e propondo mudanças, rompendo com práticas enrijecidas dentro da instituição infantil.

Sendo assim, o que vale considerar neste momento é a necessidade concreta da discussão coletiva sobre as possibilidades de mudanças na rotina das instituições infantis, uma vez que só é possível mudar se o coletivo elaborar estratégias de ações que considerem os limites e particularidades de cada um seja ele adulto ou criança.

REFERÊNCIAS:

AGOSTINHO, Kátia Adair. **O Espaço da Creche: que lugar é este?** 2003. 164f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

ARROYO, Miguel G. **O significado da infância.** In: I Simpósio de Educação Infantil. Brasília, Ministério da Educação, 1994.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família.** Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BATISTA, Rosa. **A Rotina no dia-a-dia da creche:** entre o proposto e o vivido. 1998. 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor e por força:** Rotina na educação Infantil – Porto Alegre: Artimed, 2006

_____. Verbetes. Pedagogia da Infância. Disponível em: <www.gestrado.org/?pg=dicionario-verbetes&id=312> Acesso em: agosto de 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** – Lei nº 8069/90. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1990.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças.** Brasília, 1995.

Brasil. [Lei Darcy Ribeiro (1996)].LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional : lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Volume 2. Brasília: MEC/SEF, 1998.

COUTINHO, Ângela M. Scalabrini. **As crianças no interior da creche: a educação e o cuidado no momento do sono, higiene e alimentação**. 2002. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

COELHO, Sílvia Raquel O. P. **Sono e Vigília na Infância**: conhecimentos dos educadores. 2009. 135f. Dissertação (Mestrado em Ativação do Desenvolvimento Psicológico). Universidade de Aveiro, Portugal. 2009.

DIDONET, Vital. Qual é a questão? Creche: a que veio... para onde vai.... In: Educação Infantil: a creche, um bom começo. Brasília, DF: INEP/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001.

KUHLMANN, Moysés Jr. **Infância e Educação Infantil uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

MULLER, Verônica R. História de crianças e infâncias: registros, narrativas e vida privada. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **A Pesquisa em Educação Infantil no Brasil**. Trajetória recente perspectiva de consolidação de uma Pedagogia da Educação Infantil. 1999. 290f. Tese (Doutorado – Universidade Federal de Santa Catarina, 1999).

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Diretoria de Educação Infantil. **Orientações Sobre o Sono na Educação Infantil**. Florianópolis, 2010.

STEMMER, Márcia Regina Goulart; CASTRO, Sônia Maria Jordão de; BANCA, Juliane M. Rosa La. **Gênese e trajetória histórica da educação infantil e estudo das concepções de criança e de infância que vem alicerçando-a**. Apostila da disciplina de Concepção de Criança, Infância e Educação Infantil do curso de Pós Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 2013.

ANEXOS

ANEXO A: Autorização para pesquisa em uma Creche da Rede Municipal de Florianópolis



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
GERÊNCIA DE FORMAÇÃO PERMANENTE - GEPE

OFÍCIO GEPE 4/2014

Florianópolis, 22/04/2014.

Ilmo (a). Diretor (a)
Amélia Bendlin
Creche Machado de Assis

ENCAMINHAMENTO: PESQUISA (TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC)

A Gerência de Formação Permanente, em consonância com a Portaria Municipal nº. 116/2012 encaminha o (a) pesquisador (a) **Vera Lúcia de Oliviera**, do Curso de **Especialização em Educação Infantil**, da **UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina**, com o objetivo de obter autorização para a realização da pesquisa (**Trabalho de Conclusão de Curso**) intitulada: "**Orientações Curriculares sobre o momento do sono na educação infantil: uma análise na perspectiva dos docentes**" na **Creche Machado de Assis**, com previsão de desenvolvimento no período de: **Ano letivo 2014**.

Caso a Unidade Educativa seja favorável à pesquisa, informamos que os seguintes procedimentos são imprescindíveis:

1. O pesquisador deve disponibilizar, na entrevista, carta de apresentação do professor orientador e projeto de pesquisa.
2. O desenvolvimento da pesquisa acontecerá com o **conhecimento e a anuência** dos profissionais da respectiva Unidade Educativa.
3. Toda e qualquer intervenção realizada pelo pesquisador, deverá ser previamente discutida com os profissionais da referida Unidade Educativa.
4. Os registros, documentários, fotos, ilustrações e outros, quando envolverem aluno/criança ou pessoas da comunidade educativa, deverão ser precedidos de autorização por escrito, de pessoa capaz, com a interveniência do diretor da Unidade Educativa.
5. Em caso de coleta de dados já sistematizados da SME (Central) ou da Unidade Educativa, o pesquisador deverá solicitar com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.
6. Dados, informações, referências ou depoimentos sobre a Secretaria Municipal de Educação deverão ser referenciados, conforme as normas da ABNT.
7. Fica firmado o compromisso de retorno dos resultados à Unidade Educativa onde se

*Rua: Ferreira Lima, 82 - Centro de Educação Continuada - Centro - Florianópolis - SC. CEP 88015-420-
Telefone: (48) 2106-5922 – (48) 2106-5923/formacao permanente@gmail.com*

desenvolveu a pesquisa e à Secretaria Municipal de Educação por meio de socialização dos dados em seminários, fóruns de debate, cursos de extensão, a critério do pesquisador, em acordo com a direção da Unidade Educativa ou SME (Central).

Agradecemos antecipadamente a sua parceria nesse processo de investigação, certos de que esta experiência será extremamente significativa, contribuindo com reflexões, proposições e indicadores que visem à qualidade da ação educativa da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.

Atenciosamente,

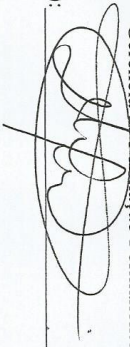


Ana Elisa de M. Miotto - Articuladora de Pesquisa

Gerência de Formação Permanente

Ana Elisa de Moura Miotto
Articuladora da Gerência de
Formação Permanente
Matrícula 13757-0

Assinatura do (a) Pesquisador (a):



ANEXO B: Documento “ORIENTAÇÕES SOBRE O SONO NA EDUCAÇÃO INFANTIL”



PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORIANÓPOLIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO INFANTIL



ORIENTAÇÕES SOBRE O SONO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Qual a importância do sono?

O sono é uma das necessidades fisiológicas do ser humano. Dormir, além de ser um período de descanso mental e físico é também um estado de funcionamento do cérebro em que ocorrem complexos processos fisiológicos e comportamentais (GEIB, 2002). É durante as fases mais profundas do sono que o organismo libera importantes substâncias reguladoras da saúde e do sistema nervoso, tais como o hormônio do crescimento (somatotrófico), que estimula o desenvolvimento da massa muscular, promove o alongamento dos ossos, evita o acúmulo de gordura e melhora o desempenho físico e o do apetite (leptina), que regula a fome e também as proteínas, que ativam o sistema imunológico.

Segundo Cronfi (2002, p.01), “durante o sono ocorrem vários processos metabólicos que, se alterados, podem afetar o equilíbrio de todo o organismo a curto, médio e, mesmo, a longo prazo”. Há diferentes variáveis que influenciam esse momento, como o clima, a cultura, o ambiente, a alimentação, o estado de saúde e os diferentes períodos de desenvolvimento do ser humano. Para dormir, o cérebro precisa baixar a temperatura do corpo, o que exige esforço redobrado quando o clima está muito quente, prejudicando a qualidade do sono. Já o frio intenso atrapalha o relaxamento muscular necessário para dormir bem. Os ruídos e a claridade também são inimigos de uma boa noite de sono, pois o primeiro impede o adormecimento e o segundo inibe a liberação da melatonina, um hormônio que é ativado pelo cérebro ao anoitecer, preparando o corpo para dormir. Da mesma forma, deitar com fome atrapalha o sono e a ingestão de alimentos pesados ou em grande quantidade antes de ir para a cama obriga o intestino a funcionar fora de hora e produz a sensação de peso no estômago.

Estudos na área da saúde indicam que há cinco fases do sono: **1) adormecimento**: quando a melatonina é liberada, induzindo o sono (sonolência); **2) sono leve**: diminui os ritmos cardíaco

O sono e a Educação Infantil

Tendo em vista que a Educação Infantil atende crianças de zero a cinco anos de idade, os aspectos anteriormente apresentados são importantes de serem considerados na organização e no planejamento do momento do sono, uma vez que as crianças permanecem entre 4 e 12 horas diárias nas instituições.

A indicação de que as crianças sentem necessidade de dormir durante o dia não significa que todas devem dormir no mesmo horário e que têm o mesmo tempo de sono. Algumas precisam dormir de uma a duas horas, outras necessitam somente de momentos de descanso, relaxamento, um pequeno cochilo, e há ainda as que não dormem. Para não incorrer no equívoco de fazer todas dormirem ao mesmo tempo e independente da necessidade, é importante ter clareza dos dados anteriormente apresentados, considerando a rotina e a organização do sono das crianças em seu convívio familiar.

É preciso que cada instituição preveja propostas concomitantes para atender as crianças que querem dormir ou descansar, bem como para aquelas que não dormem. Também vale ressaltar que as crianças podem apresentar alterações ao longo do ano, diminuindo o tempo de sono, parando de dormir durante o dia, ou, ainda, no caso das que não dormem, por alguma mudança na rotina familiar sentirem vontade de dormir um dia ou outro. Essas questões exigem atenção e flexibilidade dos profissionais frente ao que manifestam as crianças.

Também cabe lembrar que o sono, como qualquer outro tema que faz parte do dia-a-dia da Educação Infantil, não pode ser vinculado à punição, chantagem ou gratificação. A criança deve dormir ou ficar acordada porque sente vontade para tal e não porque depois irá ou não brincar no parque, irá ou não lanchar, irá ou não assistir a um filme, irá ou não desenhar ou pintar.

Para que a organização das propostas para as crianças que dormem, as que querem descansar e as que não dormem melhor atendam às suas necessidades, é fundamental o empenho de todos os profissionais da instituição e não somente de um ou dois com ações isoladas. Um trabalho bem planejado ganha efetividade, se houver o compromisso de todos na sua realização.

Visando garantir a efetivação desses momentos, seguem algumas orientações:

e respiratório, relaxa-se os músculos e cai a temperatura corporal; **3 e 4) sono profundo:** pico da liberação dos hormônios do crescimento e regulador da fome; **5) sono REM:** sigla em inglês para o movimento rápido dos olhos (rapid eye movements); é o ponto mais alto da atividade cerebral, quando ocorrem os sonhos. O relaxamento muscular atinge o máximo, voltam a aumentar as frequências cardíaca e respiratória.

Outro dado importante é que a quantidade de horas diárias dormidas sofre alterações no decorrer do desenvolvimento do ser humano. Conforme indica Cronfli (2002, p.03) “embora essa necessidade seja uma característica individual, a média da população adulta necessita de 7 a 8 horas de sono diárias. Falando em crianças, é especialmente importante que seja respeitado um período de 9 a 11 horas de sono”. Também merece destaque o fato de que as crianças recém-nascidas, até aproximadamente o terceiro ano de vida, necessitam dormir, além da noite, durante o dia. É importante para o estado emocional delas tirar de uma a três sonecas, caso contrário podem apresentar alterações de humor, dificuldade de concentração, falta de equilíbrio, além de terem comprometimento de seu crescimento. Porém, geralmente após o terceiro ano de vida das crianças, tal necessidade diminui e a maioria deixa de dormir no período diurno. É o que pode ser observado nas referências abaixo, que apresentam uma média das necessidades de sono em cada período etário:

- Crianças de 4 a 6 meses: dormem, em média, 13 a 16 horas diárias. Durante a noite dormem de 9 a 11 horas, acordando, às vezes, para se alimentar. No decorrer do dia tiram duas sonecas, em torno de duas a três horas cada.
- Crianças de 6 meses a 1 ano: dormem, em média, 12 a 14 horas diárias, sendo de 10 a 12 horas durante a noite. As sonecas ao longo do dia são, normalmente, uma na manhã e outra após o almoço, e duram cerca de duas horas cada.
- Crianças de 1 ano a 2 anos: dormem, em média, 12 a 14 horas diárias, sendo 11 horas durante a noite. Dispensam a soneca da manhã e a tarde costumam tirar uma soneca de uma a duas horas.
- Crianças de 3 a 5 anos: dormem, em média, 11 a 12 horas diárias. A partir dos 3 anos a maioria das crianças deixa de repousar durante o dia.

efeito relaxante. No entanto, o aparelho deve ser desligado enquanto as crianças estiverem dormindo. Não devem ser usadas rádios com estações abertas, nem as TVs, nesses momentos.

12. A sala para o sono não deve ser escura, precisa de luz indireta de modo que as crianças diferenciem o sono da tarde do sono noturno. Isso permite que elas não durmam demais, ficando sem sono à noite, além de garantir a visualização de toda a sala quando acordam, evitando acidentes.
13. As janelas devem ficar abertas para favorecer a circulação do ar.
14. As crianças podem dormir com objetos trazidos de casa ou da instituição, se isto as deixar mais seguras. No entanto, o uso de chupetas ou do dedo pelas crianças deve ser aos poucos abandonado, com incentivo dos professores em parceria com as famílias.
15. Para as crianças que não dormem, as salas ou outros espaços da instituição devem ser organizados com propostas planejadas, incluindo espaço para relaxamento, com colchonetes, tapetes e almofadas. Também deve haver brinquedos como jogos de memória, quebra-cabeça, dominós, blocos de montar e serem realizadas brincadeiras, leitura de histórias, entre outras.

Outros itens:

16. Tanto as salas com crianças que estejam dormindo, quanto as salas com crianças que estejam acordadas devem ter um profissional da educação coordenando as propostas e ações das crianças.
17. Realizar entrevista com as famílias, para conhecer os hábitos de dormir da criança, seu estado de saúde, os horários de sono, hábitos alimentares, entre outros.

Referências Bibliográficas

GEIB, Lorena T. C. Desenvolvimento dos estados de sono na infância. *Revista Brasileira de Enfermagem*. Brasília, vol. 60, mai/jun 2007.

CRONFLI, Regeane T. A importância do sono. *Revista Cérebro & Mente*. Universidade Estadual de Campinas, dez. 2002.

Saiba mais...

MORAES, Maria Cecília L. de M. *Aspectos de saúde na rotina da creche e o papel do cuidador da criança: relato de experiência*. Nova Escola. Edição 234 / agosto 2010.

MADEIRA, Isabel R.; AQUINO, Leda A. *Problemas de abordagem difícil: “não come” e “não dorme”*. Jornal de Pedriatia (Rio de Janeiro) v. 79 Porto Alegre/jun. 2003.

ROSSETE FERREIRA, Maria C. et al. *Os fazeres na Educação Infantil*. São Paulo: Cortez, 2006.

LAZZERI, Thais, ECHEVERRIA, Malu. Já pra cama! Ed. Globo, out./2007, n 167, Revista Crescer.

RICHTER, Ana C.. *Sobre a presença de uma pedagogia do corpo na educação da infância: retratos e vozes, lugares e tempos da corporalidade na rotina de uma creche*. 2005. 169f. (Dissertação)-Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

Florianópolis, janeiro de 2011.